

Índice

Prólogo	13
1 Um Aniversário Interrompido	23
2 O Segundo Mar	33
3 O Comércio das Almas	57
4 SOS	87
5 Naufrágio	103
6 A Terra Prometida?	131
7 Entre a Floresta e a Água	145
8 Para a Suécia?	201
9 Um Portão Fecha-Se com Força	209
10 Situação Pendente	241
Epílogo: E agora?	257
Uma Mensagem de Hashem al-Souki	259
Nota do Autor	261
Agradecimentos	263
Lista de ilustrações	267
Lista de mapas	269
Referências	271

Na escuridão do mar alto, Hashem al-Souki não consegue ver os outros, mas ouve-os gritar. Em parte a culpa é sua. São duas mulheres africanas — somalis talvez, mas agora não é altura para perguntar — e Hashem está em cima delas. As suas pernas e os seus braços esmagam os braços e as pernas das duas mulheres. Querem que mude de posição, rapidamente, e ele também gostaria de poder mexer-se. Mas não pode, várias pessoas estão deitadas em cima dele e há certamente ainda mais uma camada por cima. Dentro deste bote de madeira estão dezenas de pessoas amontoadas umas sobre as outras. Se alguém tenta mudar de posição, um passador dá-lhe pontapés para o obrigar a voltar para onde estava. Os passadores não querem que o barco, cheio até à borda, balance demasiado e se afunde.

São talvez onze horas da noite, Hashem não sabe ao certo. Perdeu a noção do tempo e do lugar. Horas antes, numa praia no extremo norte do Egito, ele e os companheiros foram conduzidos para dentro desta pequena embarcação. Agora o barco está sabe-se lá onde, baloiça na escuridão mais absoluta, sobe e desce com as ondas, algures no sudeste do Mediterrâneo. E os passageiros gritam.

Uns gritos são em árabe, outros não. Há pessoas de toda a África, mas também do Médio Oriente. Palestínianos, sudaneses, somalis. E sírios, como Hashem. Querem ir para o norte da Europa: para a Suécia, para a Alemanha, ou para qualquer outro lugar que lhes ofereça um futuro melhor do que os países destruídos donde vieram. Com essa esperança remota arriscam esta viagem até à costa italiana. Se tudo correr bem, deverão chegar à Itália dali a cinco, seis dias. Mas, por agora, Hashem não sabe se passará desta noite. Ou se algum deles sobreviverá.

Passa-se uma hora. Chegam a um segundo barco, maior do que o primeiro, e depois a um terceiro, maior ainda. Em cada novo navio, os passadores trasfegam-nos por cima da borda como se fossem sacos de batatas. Agora têm um pouco mais de espaço, mas estão encharcados. Tiveram de meter-se a vau contra as ondas para chegar ao bote e o segundo barco estava cheio de água. Com a roupa ensopada, tremem. E vomitam. A pessoa que está espremida à esquerda de Hashem vomita em cima dele. E Hashem reage por reflexo e cobre de vômito a pessoa à sua direita. Ergue o olhar e vê que estão todos a vomitar, as roupas todos estão cobertas de vomitado. Cada um pagou mais de 2000 dólares para vomitar em cima de outros refugiados como ele. “É uma festa de vômitos”, pensa Hashem para consigo.

Talvez o aspeto mais extraordinário desta cena seja apenas a sua banalidade. O mundo assiste atualmente à maior vaga migratória em massa desde a Segunda Guerra Mundial e o exemplo mais impressionante deste fenómeno está a acontecer no Mediterrâneo. Em 2014 e 2015, mais de um milhão de pessoas atravessaram o Mediterrâneo em barcos que metiam água como este¹. Para o período de 2016 a 2018, a União Europeia calcula que poderão seguir-se-lhes outros três milhões ou mais, pois as guerras civis na Síria, no Afeganistão e no Iraque empurram para a Europa um número sem precedentes de pessoas. Durante anos, o ónus da crise mundial dos refugiados foi em grande parte suportado pelo mundo desenvolvido, que a ONU diz acolher 86 % dos refugiados. Presentemente, também a Europa acorda para a crise.

A migração para a Europa não tem absolutamente nada de novo. Os migrantes africanos tentam desde há muito chegar a Espanha a partir de Marrocos, ou às Ilhas Canárias a partir do Senegal. A Líbia, a Turquia e o Egito foram durante anos trampolins para os que esperam chegar à Itália, à Grécia e à Bulgária. Mas nunca antes vieram migrantes em números assim tão extraordinariamente elevados.

Para começar, o súbito aumento em 2014 foi protagonizado principalmente por sírios, eritreus e africanos subsaarianos. Nessa altura rumavam sobretudo à Itália pela Líbia (quando o Estado de Direito no país ruiu no rescaldo da Primavera Árabe) e em menor medida pelo Egito. Em 2014, cerca de 170 000 chegaram à Itália, quase o triplo do recorde anterior². Em 2015 continuaram a partir da Líbia e do Egito

refugiados subsaarianos quase ao mesmo ritmo recorde do verão anterior. Mas nesse ano a Grécia veio mudar tudo, ultrapassando a Itália como porta de entrada mais popular na Europa. O facto de se alterar as restrições em matéria de vistos para os refugiados sírios significava que estes já não podiam alcançar facilmente o norte de África e a guerra na Líbia significava que já não lhes interessava fazê-lo. De modo que começaram a partir em massa da Turquia para as ilhas gregas, juntamente com os emigrantes dum Afeganistão e dum Iraque cada vez mais instáveis. Ilhas minúsculas que anteriormente tinham sido sonolentos refúgios de férias na orla do Egeu transformaram-se do dia para a noite no *ground zero* da crise dos refugiados do Médio Oriente. Debatendo-se já com uma situação de descalabro económico, os gregos estavam totalmente impreparados para ela.

De repente, uma situação que era apenas um problema da Europa Ocidental passou a ser também um desafio para a Europa de Leste. Em 2015, mais de 850 000 refugiados partiram das costas turcas³ e na sua grande maioria marcharam para norte pelos Balcãs, esperando chegar à segurança e à estabilidade da Europa do Norte. A Hungria, que há apenas cinco anos vira somente 2400 passarem as suas fronteiras meridionais⁴, teve de repente de lidar com cem vezes esse número. O governo acabou por erigir uma barreira ao longo do seu flanco sul. Quando as pessoas simplesmente se desviaram e rumaram à Croácia, os húngaros construíram também uma segunda barreira ao longo da fronteira com a Croácia.

Para o resto da União Europeia, a crise criou divisões dum tipo mais metafórico. A Itália e a Grécia não viam por que razão deviam ser elas a lidar sozinhas com uma vaga de imigrantes assim tão grande e tentaram de diversas maneiras pôr o resto da Europa a partilhar o fardo. Primeiro, os italianos e os gregos deixaram simplesmente passar muitos refugiados com um aceno de mão e uma piscadela cúmplice, em vez de os incentivarem, a cada barco que chegava, a instalarem-se em território italiano ou grego, como exigido pela atual regulamentação comunitária, conhecida por Tratados de Dublin. Depois, tentaram a mesa de negociações, esperando convencer os seus vizinhos a aceitarem voluntariamente os migrantes. Mas ao fim de meses de infundáveis e estéreis conferências e cimeiras, a maior parte dos outros países da UE recusou-se a aliviar os gregos e os italianos de mais do que duns poucos migrantes simbólicos. No outono a maioria dos governos chegou finalmente a um acordo, nos termos do qual 120 000 migrantes

seriam retirados dos Estados da linha da frente e divididos pelo resto do continente. Entre os peritos de Bruxelas tal foi visto como uma pequena vitória e a criação dum precedente importante. Mas na realidade era uma resposta lastimosa. Os 120 000 equivaliam a cerca de um nono do total das pessoas que chegaram à Itália e à Grécia em 2015⁵, o que tornava o dito acordo quase insignificante. Um dos princípios fundadores da UE — a solidariedade entre os Estados-membros — parecia ter desaparecido.

À medida que o ano transcorria, mais e mais países ergueram cercas ao longo das suas fronteiras para dirigir o fluxo dos refugiados e alguns ameaçaram fechá-las completamente. Com isso puseram em perigo outro valor central da alma da UE — o conceito de livre circulação entre os países do continente europeu, um princípio que fora já consagrado com grande alarde pelo Acordo de Schengen de 1985 e que ainda é considerado uma das maiores realizações do projeto europeu. Juntamente com os efeitos tóxicos da implosão da economia grega, a crise migratória tornou-se uma das maiores ameaças à coesão da União Europeia em toda a sua história.

Foi também uma das mais desnecessárias. De certa forma, a crise dos refugiados é um contrassenso. Há uma crise, mas é uma crise em grande parte causada pela nossa resposta aos refugiados, e não pelos próprios refugiados. O número 850 000 parece enorme, e em termos de migração histórica para a Europa é. Mas significa apenas uns 0,2 % da população total da UE, que é cerca de 500 milhões de habitantes, um afluxo que o continente mais rico do mundo pode absorver de maneira viável se — e apenas se — for tratado adequadamente. Há países cuja infraestrutura social atingiu o ponto de rutura devido à crise dos refugiados, mas na sua maioria não são europeus. O exemplo mais óbvio é o Líbano, que alberga quase 1,2 milhões de refugiados sírios, para uma população total de cerca de 4,5 milhões⁶. É uma em cada cinco pessoas, uma proporção que devia deixar os líderes europeus embaraçados.

Infelizmente, não ficaram embaraçados. Em vez disso, autoflagelaram-se à procura duma resposta que parecesse que ia resolver a crise dos barcos, sem fazerem nada que a tornasse efetivamente mais gerível. Acabaram com todas as operações de salvamento no Mediterrâneo Sul, alegando que a sua existência era a causa de tantas pessoas arriscarem a travessia marítima. Depois voltaram a instituí-las, assim que se tornou claro que as pessoas, fosse como fosse, não paravam de

vir. Em seguida, decidiram-se por uma estratégia militar implausível, prometendo atacar os passadores líbios com navios de guerra. Inevitavelmente, foi um fracasso.

A cada plano desesperado, os políticos ignoraram repetidamente a realidade da situação, ou seja, as pessoas vão continuar a vir, quer nos agrade ou não agrade. O que mostra que não conseguiram perceber que não há uma maneira fácil de bloquear a passagem aos migrantes, mas apenas uma maneira de melhor a gerir. Se tivessem criado um sistema organizado de reinstalação em massa a partir do Médio Oriente e se esse esquema tivesse entrado em funcionamento com uma rapidez e uma amplitude suficientes, a Europa teria podido travar os aspetos mais caóticos da crise. Um tal esquema teria dado a muitos migrantes um incentivo para permanecerem no Médio Oriente a curto prazo e terem esperança nos processos formais de reinstalação. Por sua vez, tal teria permitido à Europa gerir as chegadas de maneira mais metódica. Poderia também ter persuadido a Turquia a fazer mais para impedir que as pessoas partissem das suas costas, quer dando-lhes finalmente o direito ao trabalho*, quer guardando melhor as suas fronteiras. Mas ao longo de 2015 nenhum programa deste tipo foi aplicado, forçando centenas de milhares de pessoas a tomar a única opção que lhes era deixada — partir para a Grécia pelos seus próprios meios. Foi uma tempestade perfeita em que os refugiados não tinham nenhum motivo para ficar quietos onde estavam. Nem os países do Médio Oriente tinham nenhum motivo para os impedir de sair, nem a Europa para lhes bloquear o caminho.

A desorientação atingiu o nadir na sequência dos ataques de Paris de novembro de 2015. Foi revelado que dois dos nove assaltantes teriam provavelmente chegado à Grécia um mês antes, num barco carregado de refugiados. Tomados de pânico, alguns comentadores e políticos apelaram para que se fechassem completamente as portas aos refugiados, temendo que a sua entrada pusesse em risco todo o continente. Tal paranoia era compreensível e previsível, mas, em última análise, ilógica. Em primeiro lugar, esta era a reação que os terroristas esperavam provocar: a “prova” definitiva da decadência moral do Ocidente, e portanto um poderoso instrumento de recrutamento para o ISIS. Em segundo: mesmo que a Europa quisesse içar a ponte levadiça, no passado não foi capaz de o fazer e não está em melhores condições de

* Em janeiro de 2016 a Turquia permitiu finalmente aos sírios que se candidatassem a vistos de trabalho.